

AUTOR

**Adriana
Marcolini***

drimarcoli@gmail.
com

* Doutora em Letras
pela USP. Pesquisadora
do Laboratório
de Estudos sobre
Etnicidade, Racismo e
Discriminação (LEER,
USP).

Histórias e caminhos dos imigrantes no Brasil se cruzam em um livro

Historias y caminos de los inmigrantes en Brasil se cruzan en un libro

Paths and stories of immigrants in Brazil intersected in a book

Hirano, S. & Tucci Carneiro, M. L. (Orgs.) (2016).
Histórias Migrantes – caminhos cruzados.
São Paulo: Humanitas/Fapesp

As fontes, a história, a metodologia e a memória da imigração no Brasil são o tema do livro *Histórias Migrantes – Caminhos cruzados*, lançado em 2016 pela editora Humanitas, de São Paulo, e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Organizada pelos Professores Doutores da Universidade de São Paulo (USP), Maria Luiza Tucci Carneiro e Sedi Hirano, a obra traz o resultado do projeto Arquivo Virtual Histórias Migrantes, financiado pela FAPESP. Contém 18 textos escritos (377 páginas) por conhecidos pesquisadores das migrações e integra o rol de publicações comemorativas dos dez anos de atividades do Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER), da USP [<http://leer.vitis.uspnet.usp.br/>].

Lucia Chermont traz informações sobre as fontes documentais do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro, localizado na Rua Estela Sezefreda 76, em São Paulo. O acervo contém revistas, periódicos, fotografias, documentos pessoais, manuscritos e livros. A consulta é gratuita. Por outro lado, Roberta Alexandr Sundfeld discorre sobre a montagem do acervo do Museu Judaico de São Paulo. Em fase de obras, a instituição funcionará na antiga sinagoga Beth-El, fundada em 1929, no centro de São Paulo. Dentre as preciosidades recebidas como doação destaca-se o único exemplar do diário de Lore Dublon, trazido da Bélgica – uma joia semelhante ao relato de Anne Frank.

As rotas de fuga dos refugiados do nazifascismo, entre 1933 e 1945, é o tema abordado pela Profa. Dra. Maria Luiza Tucci Carneiro, coordenadora do LEER. De acordo com ela, entre 1937 e 1941 entraram no Brasil somente 11 mil refugiados judeus, e entre 1942 e 1945 apenas 245 – muitos com visto de turista ou como falsos católicos. Este número reduzido se deve às Circulares Secretas emitidas pelo governo de Getúlio Vargas – cegamente obedecidas por muitos diplomatas brasileiros no exterior que recusaram a concessão de vistos para judeus. Tucci Carneiro coordena os registros dos testemunhos dos refugiados do nazifascismo e dos sobreviventes do Holocausto radicados no Brasil, no âmbito do Núcleo de Estudos Arqshoah/LEER-USP.

No campo da imigração nipônica, um dos vários textos é de autoria da pesquisadora Lidia

Reiko Yamashita. Sua contribuição trata da transcrição para o alfabeto romano dos dados de imigrantes japoneses registrados nos livros das Companhias de Emigração Japonesa – escritos em ideogramas arcaicos ou em desuso na moderna ortografia japonesa. O trabalho foi empreendido por uma equipe de 100 voluntários, muitos deles imigrantes com idade avançada que podiam decifrar os ideogramas. Batizado de ASHIATO, palavra nipônica que significa rastros, o projeto se inseriu no âmbito do centenário da imigração japonesa no Brasil, comemorado em 2008. Foram transcritos para o alfabeto romano e posteriormente digitalizados os dados de 185.473 imigrantes japoneses que chegaram ao País antes da Segunda Guerra. Ao todo, entre 2005 e 2008 foram romanizados mais de 2 milhões de dados. Todo esse rico material, ao qual o público agora pode ter acesso, pertence ao Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, localizado na cidade de São Paulo, cujo acervo é o maior do mundo nesse campo de estudos.

Por sua vez, a transformação dos imigrantes japoneses em cidadãos brasileiros é focalizada pelo Prof. Sedi Hirano, que disserta sobre a ascensão social da comunidade nipônica. Aqueles que vieram para o Brasil como colonos de fazendas de café a partir de 1908, quando teve início o fluxo do Japão, sonhavam em fazer um pecúlio para enriquecer rapidamente e voltar para o país natal, mas não foi o que aconteceu. A maioria trabalhava com a família transformando-a em uma unidade de produção e trabalho solidário, e privilegiava a educação dos filhos. Ainda na condição de colonos, os japoneses cultivavam produtos nos espaços livres dos cafezais, como hortaliças, feijão e milho, o que lhes permitiu poupar a renda obtida. Assim, em 1918, 450 imigrantes nipônicos que chegaram como colonos já haviam alcançado a condição de proprietários, o que indica uma ascensão social baseada na pequena propriedade.

Essa mudança de patamar na escala social acabou por determinar a fixação dos japoneses no Brasil e a aquisição do status de ‘cidadãos brasileiros’ por meio da tríade escola-família-propriedade. Sedi Hirano também menciona as colônias instaladas na década de 1920 com financiamento do governo central do Japão ou das autoridades das províncias. Eram assentamentos dotados de uma infraestrutura invejável, com escolas, ambulatórios médicos, fábrica de beneficiamento de produtos agrícolas, postos de venda e alojamentos para técnicos. Nas décadas de 1930 e 1940 o sucesso dessas colônias levou os japoneses a serem considerados inassimiláveis e nocivos à construção da identidade e nacionalidade brasileiras. Temia-se que a expansão da comunidade pudesse ocupar territorialmente o Brasil e os imigrantes japoneses foram alvo de preconceito.

No que se refere à imigração italiana, a trajetória do médico Alfonso Bovero (1871-1937), um conceituado anatomista de Turim que chegou a São Paulo em 1914, é relatada no artigo do pesquisador André Mota. Reconhecido pela qualidade de seus trabalhos científicos, em 1895 Bovero foi agraciado com o prêmio Reviglio, outorgado pela Real Academia de Medicina de Turim. Veio para o Brasil a convite de seu colega Arnaldo Vieira de Carvalho para lecionar na Faculdade de Medicina e Cirurgia. Fundada em 1912, a instituição seria mais tarde incorporada à Universidade de São Paulo, quando esta foi criada em 1934. Um pouco da memória de suas aulas está registrada no jornal *O Bisturi*, editado na década de 1930 pelos alunos da Faculdade de Medicina.

Já Federico Croci e Carlo Stiaccini tecem um panorama sobre a utilização dos jornais de bordo dos navios como fonte para os estudos sobre o fenômeno migratório italiano. Os Arquivos Estatais de Gênova e de Nápoles possuem um fundo consistente de diários de bordo entre 1850 e 1950. Trata-se de documentos que os comandantes tinham a obrigação de redigir, nos quais descreviam aspectos das condições climáticas e da navegação.

PALAVRAS-CHAVE
Imigração; Brasil;
café

PALABRAS CLAVE
Inmigración; Brasil,
café

KEYWORDS
Immigration; Brazil;
coffee

Recibido:
09.10.2017

Aceptado:
18.05.2018

Muitos são apenas relatórios, mas uma parte traz informações preciosas sobre as condições sanitárias a bordo dos navios, o tratamento reservado aos emigrantes e a qualidade dos serviços oferecidos pelas companhias de navegação. Casos de epidemias podem ser descobertos nesses documentos, como a que se disseminou em 1892 entre os passageiros do *Giulio Cesare* na viagem entre o Rio de Janeiro e a cidade de Gênova – encontrado no diário de bordo do navio. As travessias dos emigrantes italianos que se destinavam à América do Sul ainda são um capítulo pouco estudado, mas podem elucidar aspectos obscuros sobre esse fluxo emigratório, sobretudo entre 1850 e 1950, afirmam os pesquisadores. Mais de 5 milhões de italianos emigraram para a América Latina entre 1876 e 1976 – 1,5 milhão para o Brasil.

Dentre os outros artigos de *Histórias Migrantes* destacam-se cinco sobre a imigração espanhola. São assinados por Xosé M. Núñez Seixas, Elda Evangelista González Martínez, Dolores Martín Rodríguez Corner, Marília Klaumann Cánovas, Owaldo Truzzi e Rogério da Palma. Versam sobre um amplo leque de temas, como o epistolário dos imigrantes galegos (Seixas); a emigração para Cuba e Brasil (Martínez); as cartas de chamadas de imigrantes espanhóis de São Paulo entre 1911 e 1930 (Corner); o cotidiano e as práticas de sociabilidade dos espanhóis nas primeiras décadas do século XX em São Paulo (Cánovas), e a invisibilidade dos imigrantes oriundos da Espanha que se estabeleceram no Estado de São Paulo (Truzzi e da Palma).

Neste último texto, os autores fazem um estudo de caso a partir da cidade de São Carlos, município cafeeiro no centro do estado de São Paulo que recebeu muitos europeus entre 1886 e 1907 (13% da população local em 1886; 40% em 1907). A maioria era formada por italianos, seguidos pelos espanhóis. Estes permaneciam mais na zona rural, uma característica que se prolongou e foi confirmada pelo censo de 1934, quando 58,1% continuavam longe dos centros urbanos. Um censo anterior, realizado em 1907, revelou a forte presença familiar e o elevado índice de analfabetismo entre a comunidade espanhola em São Carlos: menos

de um quarto (24%) tinham capacidade de ler (comparados a 32% e 30% para italianos e portugueses, respectivamente). A maioria (92%) era composta por famílias de colonos que trabalhavam nas fazendas de café do município. Os dados relativos a São Carlos, concluem os pesquisadores, sugerem que a chamada invisibilidade dos espanhóis no interior paulista pode estar associada a uma inserção rural em áreas distantes, mais a oeste do estado, e a uma menor mobilidade socioeconômica.

Apesar de o governo de Madri ter proibido, em 1910, a emigração com passagens pagas para o Brasil, em virtude das duras condições de trabalho nas fazendas de café, os espanhóis continuaram a chegar ao país, sempre movidos pelo sonho de se tornarem proprietários. Às vezes, como assinala Marília Klaumann Cánovas em seu artigo, eram recrutados e embarcados clandestinamente em Gibraltar por agentes. Desiludidos pelas precárias condições de vida e trabalho na lavoura, ameaçados pelas epidemias no interior do estado de São Paulo, muitos se mudavam para a capital, onde, porém, eram vistos com certo preconceito. Uma vez na cidade, um dos hábitos de lazer mais praticados por eles (mesmo entre os não alfabetizados) era a prática da leitura compartilhada de romances de folhetins. A sociabilidade desses imigrantes também incluía as festas e o futebol.

O fio condutor que permeia a coletânea *Histórias Migrantes – Caminhos cruzados* passa pela identificação dos vínculos comunitários que, em várias situações, reforçam as identidades e criam redes pessoais favoráveis à inserção social dos imigrantes na coletividade à qual pertencem. Os dois artigos que versam sobre o epistolário dos imigrantes espanhóis, assinados por Xosé M. Núñez Seixas e por Dolores Martín Rodríguez Corner, por exemplo, trazem à tona o caráter protagonista desses indivíduos e revelam como as cartas são observatórios da assimilação e da identidade dos migrantes. Núñez Seixas, autor de *Cartas do destino. Algumas reflexions sobre epistolários e migraciós transatlânticas*, frisa que as cartas mostram que os emigrantes não podem ser reduzidos a uma única dimensão exclusiva de sua essência individual e social, isto é, a

de “emigrantes”. Para além desta condição, também eram trabalhadores, comerciantes ou camponeses no Novo Mundo.

No que diz respeito aos textos sobre os museus da imigração judaica e japonesa no Brasil, nota-se a preocupação com o acervo, como demonstram os exemplos do Museu Judaico de São Paulo (que prioriza as peças doadas por imigrantes em detrimento das compradas, pelo fato de elas narrarem histórias) e o do Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil. Neste último, a decisão de transcrever para o alfabeto romano e digitalizar um enorme conjunto de documentos redigidos em ideogramas antigos revela a determinação em ampliar o acesso do banco de dados da instituição.

Em conclusão, além de contribuir com a Historiografia, a coletânea permite a compreensão da complexidade do processo multicultural de formação da sociedade brasileira. Por meio da utilização de diferentes fontes, como arquivos, fotos, diários de bordo e cartas, o livro traz uma perspectiva abrangente dos estudos migratórios no Brasil e aponta para novos leques de pesquisas.